

África: Desenvolvimento adiado

ADELINO TORRES

Falar, em 2006, da situação económica e social da África Subsaariana (ASS) é uma tarefa árdua, na medida em que não parece possível acrescentar muito de novo ao que se disse ou poderia ter-se dito há um, dois ou mais anos atrás, que a situação vai mal e a não se descortina luz no fundo do túnel.

De facto, a situação do continente continua dramática e, com poucas excepções, entre as quais podemos destacar a África do Sul, o Botswana e Cabo Verde - a primeira porque herdou do antigo regime do *apartheid* uma estrutura industrial importante e os dois últimos mercê de uma gestão sensata e eficiente -, o desenvolvimento continua a ser um projecto sem data na maioria dos países africanos por razões políticas e económicas conhecidas.

Por exemplo, os produtos agrícolas africanos acedem dificilmente aos mercados dos países desenvolvidos; as matérias-primas - salvo o petróleo - são vítimas da "inconstância" das bolsas internacionais cujos movimentos, frequentemente especulativos, atingem os produtores com menos capacidade negocial ou que não diversificaram a sua oferta, como a África; a dívida externa dos países africanos, apesar de recentemente aliviada ou suprimida, em certos casos, continua a ser uma espada de Dâmocles sobre muitos devedores. E mesmo quando ela é suprimida, cria outros problemas se esses países deixarem de ter acesso ao crédito internacional, como já aconteceu com os Camarões. Por outro lado, a aplicação das directivas de instituições internacionais como o Banco Mundial, a OMC e o FMI, de que os famosos *planos de ajustamento estrutural* são um exemplo conhecido, a orientação cada vez mais neoliberal - a que Jacques Sapir chama o "euroliberalismo" - que a própria União Europeia parece querer dar aos destinos dos 25, a "desregulação" não isenta de dogmatismos onde tudo se mede pela "mercadoria" servida por uma "produtividade" descarnada submetida ao critério supremo e quase "religioso" do mercado (a *teologia de mercado* de que fala Adriano Moreira), todos esses factores estão a levar a uma situação onde já são visíveis os custos humanos (desemprego, desqualificação de profissões e artes, etc.), a lenta abolição de direitos conquistados nos séculos XIX-XX, e a correspondente ameaça de desagregação do tecido social que, insidiosa mas seguramente, daí decorre. A Europa parece ter esquecido que a "mercadorização"

do mundo destrói não apenas o Estado nação mas mais ainda o político enquanto instância autónoma, deixando de novo livre curso à luta de todos contra todos, tal como aconteceu com o liberalismo de finais do século XIX e princípios do século XX, que Karl Polanyi analisou tão exemplarmente.

A emergência do terrorismo actual, com a sua "guerra assimétrica" traz com ela uma mensagem em que todos aqueles que defendem a democracia deveriam meditar: *Um Estado, um país podem neoliberalizar-se à morte* (Ulrich Beck).

Não sendo aqui o lugar para debater esta problemática, ainda que fundamental, limito-me a observar que o axioma da "Santíssima Trindade" *desregulação-liberalização-privatização* começa a merecer de milhares de economistas do mundo inteiro, nomeadamente na UE e nos EUA, entre os quais vários prémios Nobel, uma crescente contestação, tanto mais que há suficientes argumentos teóricos e experimentais para abalar as concepções ou "convicções" mais discutíveis de um neoliberalismo que a prática não confirma e parte da teoria rejeita, não apenas numa perspectiva heterodoxa e interdisciplinar, como no interior da própria especialidade disciplinar da economia política ou, como muitos preferem dizer, da *ciência económica*. Recentemente um economista do Banco Mundial, num livro a que não falta oportunidade e sentido crítico (cf. William Easterly, *The Elusive Quest for Growth*) observava que inumeráveis modelos de crescimento criados por economistas eminentes, quando tomados numa perspectiva *economicista*, por assim dizer, como "remédios-milagre" se revelaram sempre parcelares, insuficientes quando não enganadores apesar da seriedade e rigor dos seus autores. O célebre modelo de Harrod e Domar, por exemplo, foi mais tarde corajosamente repudiado como modelo de crescimento pelo seu principal autor, Evsey Domar, em 1957. No entanto ele continua, ainda hoje, a ser ensinado por alguns com uma fé de prosélito... Não se pretende dizer que esses modelos não tenham utilidade. O que é discutível é eles serem frequentemente tomados como uma resposta única e exclusiva (quando não dogmática) a problemas com a complexidade que o conceito interdisciplinar de *desenvolvimento* necessariamente envolve. Afinal de contas, com tantos projectos, programas e modelos semeados de "certezas científicas" durante este último meio século, para não ir mais longe, a África está hoje em muitos casos em pior situação do que aquela em que se encontrava nos anos 50. A euforia da OCDE em anunciar fortes taxas de crescimento para as economias africanas esquece, todavia, que esses valores agregados podem esconder disparidades, imprecisões e anomalias que não traduzem necessariamente uma evolução favorável em termos de desenvolvimento propriamente dito... (cf. OCDE, *Perspectivas económicas na África*, 2005).

A *re-leitura* em que várias grandes universidades do mundo ocidental se têm empenhado nos últimos tempos relativamente à obra de um Karl Polanyi, tardiamente traduzida em português (*A grande transformação*), por exemplo, ou as análises de J. Stiglitz, A. Hirschman, J. Sapir, etc, e mesmo de autores com

responsabilidades no afinamento das próprias teorias neoclássicas como Arrow, mostram claramente que o debate está longe de ter sido encerrado com o domínio das ideias que emanam das instituições internacionais (o chamado *main-stream*) mais directamente relacionadas com os problemas do desenvolvimento ou que dele decorrem.

Se é verdade que a *mundialização* (ou *globalização*) apresenta vantagens e inconvenientes que não podem ser vistos de forma redutora, não é menos certo que essa mundialização tem atingido duramente muitas regiões, e especialmente um continente africano fragilizado, onde está longe de ser evidente que o liberalismo mundializado e sem rédeas, abra, por si só, portas para o desenvolvimento.

É inútil procurar uma causa única das dificuldades africanas, na medida em que as situações são diferentes de região para região. Tão pouco se pode falar de *uma* África. É preferível admitir o conceito *Áfricas*, porventura mais realista, mesmo se é evidente que subsistem importantes elementos comuns, nomeadamente culturais ou de ordem histórica dentro da ASS. O fracasso da antiga OUA tem certamente algo a ver com essa diversidade e a actual União Africana também não a pode igualmente ignorar, tanto para evitar escolhos à sua acção, como para obter resultados que favoreçam a unidade possível.

O balanço pessimista que, em certos meios internacionais, é feito sobre os últimos 40 anos de independência africana, não devem todavia levar a pensar que pesa sobre África uma espécie de fatalidade sem remissão. Nem os próprios africanos podem deixar que se apodere deles um *afropessimismo* sem fundamento real, sejam quais forem as dificuldades que o continente achesse na hora actual. Admitindo que os africanos são tão capazes como quaisquer outros povos de conquistar um destino melhor, o que importa é não perder de vista a verdadeira origem dos obstáculos que em África, mais do que noutros continentes, se opõem ao desenvolvimento ou constituem estrangulamentos que não encontraram até agora soluções apropriadas.

A começar pelo próprio conceito de *desenvolvimento*, bem distinto do conceito de *crescimento* com que, demasiadas vezes, analistas e observadores se contentam. O desenvolvimento traduz um processo complexo onde o elemento económico é apenas uma parte, certamente necessária mas não suficiente. A história, a política, a cultura, a demografia, a educação, a saúde, as modalidades de relações internacionais, etc, são outros factores que entram na composição do conceito de *desenvolvimento* num processo de longo prazo - porventura medido em gerações - perante o qual os mencionados 40 anos são pouca coisa, mesmo se as aparências dizem o contrário. Como escreveu recentemente (2006) um autor, "o desenvolvimento exige paciência"

É possível dizer que tanto as causas como as consequências da crise actual em África são múltiplas: internas e externas. Mas as consequências são particularmente graves para a esmagadora maioria das populações africanas. Não podendo enumerá-las todas, destacamos uma das mais recentes e sintomáticas: o verdadeiro êxodo em direcção à Europa a que se assiste quotidianamente. Quando centenas de milhar de pessoas desesperadas, oriundas da ASS atravessam a pé o deserto do Sahara ou, com forte risco de vida se fazem ao mar em frágeis embarcações rumo às Canárias, no Atlântico, com destino a Espanha ou a Itália no Mediterrâneo, morrendo às centenas nessas tentativas, algo se passa de muito anormal nos países de origem desses emigrantes, fenómeno que ultrapassa, em muito, a simples recessão ou mesmo a crise económica que se prolonga no tempo. Quando milhares, senão milhões, de seres humanos preferem morrer a continuar a viver nos países em que nasceram, é porque se atingiu um ponto de sofrimento extremo, tanto na carne como no espírito, um limite insuportável que não é admissível que o mundo aceite passivamente. Como escreveu Ulrich Beck, ajudar os excluídos não é só uma exigência humanitária mas constitui o *interesse mais profundo do Ocidente, a chave da sua segurança interna*. Estas migrações não acontecem apenas porque homens e mulheres buscam um mítico eldorado onde possam obter os magros recursos que os seus próprios estados lhes recusam, mas porque as condições da sua existência são tão sem esperanças tragicamente definitivas, que já não merecem que se viva sem arriscar tudo por tudo, nem que seja pela última vez. Não se trata, portanto, de um mero *movimento migratório* mas de um drama de proporções catastróficas que não deixará de ter consequências políticas para todos, países de origem e países de destino.

Mas, por enquanto, ninguém parece querer ir ao fundo do problema. A União Europeia compadece-se atrás das barricadas de Schengen, instrumento legítimo, mas apenas um instrumento que pouco ou nada resolve. A ajuda humanitária, por intermédio de instituições várias, desenvolve esforços bem intencionados mas infrutíferos. Os países de passagem no Maghreb ou no Machrek pouco podem fazer - quando não os maltratam, como acontece em Marrocos. E o êxodo continua.

É de lamentar que a VI Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que se realizou em 16 e 17 de Junho de 2006 em Bissau, na sua Resolução sobre Migrações e Políticas de Desenvolvimento não tenha referido esta tragédia de grandes proporções que desacredita a ASS, limitando-se a recomendações banais sobre o acolhimento das diásporas no Ocidente e sobre as remessas dos migrantes.

É óbvio que a retórica não chega se não se atacarem as verdadeiras causas. E entre estas podemos destacar duas: por um lado, a explosão demográfica em África (50% da população da ASS tem menos de 15 anos) que o crescimento económico (sem falar do *desenvolvimento*) não foi capaz de acompanhar; por outro lado, a ineficácia dos governos e a incompetência e arbitrariedade de demasiados

dirigentes africanos, sobretudo quando estes se julgam quase que de *nomeação divina*...

De facto, as desastrosas políticas económicas postas em prática por certas elites caracterizadas por um *espírito de irresponsabilidade*, no dizer do historiador africano Joseph Ki-Zerbo, são um dos principais factores que explicam o sofrimento das populações e os êxodos maciços a que vimos assistindo. Sem esquecer naturalmente a responsabilidade de instituições como o FMI e o Banco Mundial que têm imposto planos de ajustamento estrutural inflexíveis cujos resultados negativos raramente são por elas admitidos, atitude autista contrária a todos os protocolos de cientificidade.

No plano mundial, a ordem fundada em 1945 privilegiava os países ocidentais. A redacção da Carta da ONU reflectia os valores e perspectivas ocidentais. Mas com a descolonização, os Estados do *resto do mundo*, quer dizer o que hoje chamamos ainda o *terceiro mundo* na Ásia, na África, na América Latina e no Médio Oriente, acabaram por deter a maioria na Assembleia das Nações Unidas. O resultado, escreve Adriano Moreira (in: "Encontro das áreas culturais: o desafio" comunicação à Academia das Ciências em Abril 2006, reproduzida em: www.adelinotorres.com) é que grande parte da conceptuologia que presidiu à racionalização e orientou a eficácia da ordem internacional das soberanias até ao esgotamento do império euromundista, está desactualizada"

Com efeito, é preciso contar hoje com os novos poderes emergentes (China, Índia, Rússia) e com aqueles que a UE pode ainda, no seu próprio interesse, ajudar a vencer a batalha do desenvolvimento, como é o caso da África. É com este continente que a Europa tem de contar antes de mais, pela aproximação que a História proporcionou apesar das vicissitudes. E porque há vantagens para ambas as partes, a preocupação destes dois continentes um pelo outro não pode esmorecer. É errado pensar que um novo esforço de cooperação para o desenvolvimento estaria fora do alcance da UE se nos lembrarmos que o PIB de todos os países juntos da ASS é cerca de um quinto do PIB da França e pouco mais de três vezes maior do que o PIB português...

Por isso, a cooperação euro-africana não é uma coisa do passado, mas sim do futuro. Tal cooperação não pode deixar-se enclausurar em interesses unicamente económicos e financeiros (legítimos, mas que são um meio e não um fim). Deve antes delinear estratégias de longo prazo que aprofundem e estreitem a ligação história de vários séculos, sem complacências nem paternalismos. É uma das razões pelas quais o destino da África, mais do que qualquer outra região, não pode ser desligado do da Europa se esta souber ainda escapar às forças "anti-iluministas" que a assediam...